

Constituinte poderá organizar comissão para leis ordinárias

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, sugeriu ontem que se debata no Congresso a possibilidade de os constituintes eleitos em novembro de 86 escolherem uma delegação proporcional da Câmara e do Senado para apreciar a legislação ordinária, enquanto os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte estivessem em andamento. A comissão especial eleita pelos constituintes teria o objetivo de acelerar os trabalhos da Assembléia, já que ofereceria maior oportunidade a deputados e senadores de participar dos debates, sem prejuízo da função legislativa normal.

Ulysses Guimarães propõe que a comissão especial seja organizada proporcionalmente a cada Casa, para cumprir a tarefa de parlamento bicameral. Argumentou que o trabalho da comissão especial seria útil e prático, pois o Congresso, em 1987, funcionaria simultaneamente com a Assembléia Constituinte.

Ulysses deixou claro seu apoio à decisão do presidente Sarney de suprimir da proposta de convocação da Constituinte dispositivo que permitiria abolir a Federação e a República. "A Constituinte terá plenos poderes. Será livre e soberana, é claro. Mas só poderá fazer o que a sociedade desejar. E a sociedade não apóia o fim da Federação, pelo contrário."

O presidente da Câmara observou que "o fundamental na democracia é a representatividade", expressa na composição do Poder Legislativo. "Não se pode abrir mão deste ensinamento: só um Poder pode controlar outro Poder. Quem controla o poder do Estado é o poder representativo, para colocá-lo a serviço da coletividade" — acentuou.

Reiterando a defesa da Federação, Ulysses Guimarães disse que a sociedade espera da Constituinte um trabalho para tornar realidade o poder federativo, reforçando os Estados e os municípios. Insistindo na tese da representatividade, afirmou que o Estado deve estar a serviço do homem: "Na Constituição o Estado é o meio e o homem é o fim. Assim é que deve ser".

Ele defendeu, também, os direitos naturais do homem, entre os quais fez questão de citar o direito ao trabalho, à habitação, à assistência médica, "ao bem-estar, enfim". Sobre o direito de propriedade, esclareceu: "O PMDB defende o direito de propriedade a serviço da coletividade".

Com o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), Ulysses reuniu-se ontem, informalmente com o diretor geral do TSE, Geraldo Costa Manso, para examinar o problema do recadastramento eleitoral. "O PMDB defende a busca da verdade eleitoral, o que só será possível sem a fraude e sem o abuso do poder econômico" — afirmou.

ELEIÇÕES GERAIS

O PDT também está preocupado com o pleito e a Constituinte, mas sua intenção é propor emenda convocando eleições gerais para o próximo ano. Seu líder na Câmara, Nadyr Rossetti (RS), afirmou que o partido só não apresentará a emenda caso não obtenha o número suficiente de assinaturas exigido pelo regimento.

Rossetti considera importante a eleição presidencial no próximo ano porque provocará, na campanha, ampla discussão de temas nacionais. Ele salientou que a Nova República está causando frustração "porque continua agindo contra o povo, dentro de um pacto de

elites, e já aumentou demais a prestação da casa própria, o imposto de renda dos assalariados e não tocou no problema da taxa de juros". Por isso, argumentou que o presidente José Sarney não terá legitimidade se continuar governando após a Constituinte.

Ele lembrou que Tancredo Neves afirmou que a legitimidade de seu próprio mandato estava na transitoriedade, e o argumento do presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, de que a eleição direta não é solução para tudo mas, sem ela, não há solução para nada. Assinalou, em seguida, que seu partido foi ao colégio eleitoral defendendo a tese das diretas presidenciais em 86.

Em nenhum momento Rossetti colocou a candidatura do governador Leonel Brizola à sucessão de José Sarney, mas observou que a campanha municipal deste ano, em especial nas Capitais, vai precipitar o debate em torno das diretas, "a única tese que consegue mobilizar o País inteiro". Ele aposta que tal circunstância terá peso na votação da mensagem da Constituinte.

Além das diretas, o líder do PDT pretende apresentar outra emenda com o objetivo de consertar o que rotula de "falha técnica" da mensagem — a inclusão dos 23 senadores eleitos em 82 sem missão constituinte. Ele entende que o grupo poderia submeter-se a uma eleição paralela para que o povo resolva se deve ou não participar da Constituinte. E levanta outra hipótese: eleições para preencher duas vagas — uma para a Constituinte e outra para o Senado.

Finalmente, Nadyr Rossetti manifestou-se contra a participação do presidente do STF na Constituinte, destacando que ninguém estranho ao Poder Legislativo deveria ter qualquer tipo de incumbência: "O tradicional é o mais velho presidir a Constituinte. Aliás, não conheço no mundo a experiência de um presidente de Judiciário instalar uma Constituinte".

"MEDIDA SÁBIA"

Já o deputado Edison Lobão (PDS-MA) preferiu ressaltar que "a convocação da Assembléia Nacional Constituinte é, indiscutivelmente, uma medida sábia. Nos dias atuais não sabe o País que Constituição possui — se a Carta de 1967, se a emenda nº 1, que em si mesma é uma Constituição inteira, ou se uma terceira Constituição, formada pelas dezenas de outras emendas". Em sua opinião, tornou-se assim imperiosa a elaboração de um novo texto constitucional, porque nem mesmo a consolidação das alterações feitas a partir de 1967 seria mais possível.

"Mas é preciso entender — acrescentou Lobão — que uma Constituição não será capaz, por ela mesma, de resolver os problemas fundamentais da sociedade. Penso que os políticos têm o dever de comparecer às praças públicas libertos dos vírus da demagogia. As promessas haverão de ser cumpridas se queremos ser realistas. E, mais importante ainda, é buscar uma solução que se compatibilize com os sentimentos dos brasileiros. Evitar a esquerdização do País, através de uma Assembléia Nacional Constituinte, terá de ser o primeiro cuidado dos democratas."

COMISSÃO

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, informou ontem que o presidente José Sarney deverá nomear os integrantes da comissão que vai elaborar o anteprojeto de Constituição a ser submetido à Constituinte até o dia 15. Lyra garantiu que os nomes estarão definidos já na próxima semana.